

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.257 - PE (2019/0172866-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : JOÃO PAULO DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE - DF049773  
IVANDERSON DA SILVA ALBUQUERQUE - DF059045  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por JOÃO PAULO DA SILVA em face do Tribunal de Justiça de Pernambuco que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 49):

EMENTA - PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO EM CONCURSO DE AGENTES. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS DA PRISÃO CAUTELAR. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS QUE NÃO INIBEM A DECRETAÇÃO DA PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. ILEGALIDADE INEXISTENTE. DECISÃO FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA. 1. Trata-se de habeas corpus, em que alega o impetrante que o paciente foi preso por preventiva, a qual carece de fundamentação, visto que é pessoa possuidora de residência fixa e bons antecedentes. Afirma-se, ainda, excesso de prazo na custódia e que seria cabível, no caso, a liberdade, evocando, inclusive, o princípio da não culpabilidade. 2. Decisão judicial que revela a periculosidade real do agente, dada a gravidade da conduta imputada discriminando, de forma concreta o fundamento da prisão cautelar. 3. Profissão e residência fixa são elementos que não afastam, por si sós, a prisão preventiva - súmula no 86 do E. TJPE. 4. Excesso de prazo na custódia que deve ser analisado com base na razoabilidade, visto que a fuga do paciente por anos, do distrito da culpa, tornou o andamento do processo bastante prejudicado, assim como ratificou a necessidade de sua custódia provisória. 5. Presunção de inocência também não é incompatível com a custódia, conforme entendimento sedimentado do Supremo Tribunal Federal, desde que presentes os requisitos e fundamentos da prisão provisória. 6. Ordem denegada.

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, inc. IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal.

Nas razões do recurso, argumenta, em suma, que há excesso de prazo na duração do processo, pois sua prisão foi decretada em 11/6/2013, bem como que não há contemporaneidade dos fatos ensejadores da segregação, haja vista o transcurso de mais de 5 anos desde a sua decretação e, ainda, que o decreto prisional não possui fundamentação concreta. Por isso, requer o provimento do recurso em *habeas corpus*, para concessão de liberdade provisória ou

# *Superior Tribunal de Justiça*

aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

A liminar foi indeferida (fls. 92/95).

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo não provimento do recurso (fls.187/193).

Na origem, o processo n. 0000018-40.2011.8.17.034 encontra-se na fase de alegações finais e foram entregues os autos em carga ao Ministério Público na data 18/9/2019, conforme informações obtidas no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na data de 27/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 38/39):

Recebo a denúncia de fls. 01-A E 02-B, uma vez que estão presentes os seus requisitos legais. 2 - Requisitem-se os antecedentes ao ITB e ao Cartório Distribuidor desta Comarca e à Polícia Federal, se ainda não foram providenciados. 3 - Passo a analisar a possibilidade da decretação da prisão preventiva. Verifique-se que em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial (CPP. Art. 311). Por sua vez, esclarece o art. 312, do mesmo Estatuto, que a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria. Os indícios de materialidade e autoria são patentes. Compulsando os autos, verifica-se, preliminarmente, com a preocupação de não fazer um juízo de convencimento antecipado, mas fundado em um exame perfunctório e de consignação sumária, serem verossímeis as declarações das testemunhas inquiridas no inquérito policial. **Valorando os depoimentos das testemunhas, há indícios veementes que o denunciado, no dia 02 de abril de 2010, no "Bar de Manoel", próximo ao depósito de gás de São Domingos, neste Município, o delatado efetuou vários disparos de arma de fogo contra a vítima Felipe Zenivaldo de Lima, chegando este a óbito. É assente na doutrina e na jurisprudência que a gravidade objetiva do fato, por si só, não é suficiente para justificar a segregação cautelar, todavia a gravidade do delito, associada ao modus operandi de sua execução, poderá justificar a custódia cautelar se restar evidenciado se o autor da infração penal possui uma periculosidade acentuada e uma insensibilidade incomum a dignidade da pessoa humana. No caso, constato que a prisão processual do denunciado se afigura necessária para garantir a ordem pública. A sociedade está**

# Superior Tribunal de Justiça

**desassossegada com o volume de infrações penais cometidas diariamente contra a vida, muitas delas praticadas com violência e requinte de crueldade, o que é o caso em tela.** Sobre o conceito de ordem pública, veja a parte da seguinte ementa: [...] . Por fim, observo que no caso concreto se revelam inadequadas e insuficientes a substituição da prisão pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. Pelo exposto, com a finalidade de preservar a ordem pública, assegurar a conveniência da instrução penal e garantir a futura aplicação da lei penal, com fulcro no art. 311, 312 e 313 do Código de Processo Penal, decreto a prisão preventiva do denunciado JOÃO PAULO DA SILVA, já qualificado nos autos. [...].

Como se vê, a decisão apresenta fundamentação que deve ser entendida como válida para prisão, pois evidencia a gravidade dos crimes de homicídio qualificado, diante das circunstâncias fáticas, homicídio praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima.

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

No que tange à alegada ausência de contemporaneidade dos fatos que justificaram a prisão, foi consignado pelo Tribunal *a quo* que embora a prisão preventiva do recorrente tenha sido decretada em 11/6/2013, o mandado de prisão somente foi cumprido em 4/11/2018 porque estava foragido, situação recente apta a justificar sua segregação provisória, não se verificando ilegalidade no ponto.

Quanto ao excesso de prazo, conforme análise dos autos e do andamento processual constante do endereço eletrônico do Tribunal de origem, constata-se que, na data de 19/6/2019 foi realizada a audiência de instrução e julgamento, na qual as partes foram intimadas para oferta de suas alegações finais, no prazo sucessivo de 05 dias, constando do andamento processual atual a abertura de vista ao Ministério Público, razão pela qual tem incidência o enunciado da súmula 52/STJ.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o

# *Superior Tribunal de Justiça*

deferimento do recurso em *habeas corpus*.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

